

Demonstrações contábeis

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado


Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

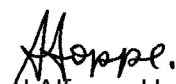
Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estamos reemitindo o nosso relatório também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Adicionalmente incluímos também em nosso relatório o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
	5		Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.962	4.482
Títulos e valores mobiliários	7	-	5.568
Contas a receber ativo financeiro	8	73.170	67.813
Impostos a recuperar	9	2.305	317
Estoques		3.338	3.274
Outras contas a receber		1.346	836
		<u>93.121</u>	<u>82.290</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	8	139.754	145.256
Outros ativos		496	235
Imobilizado		25	28
Intangíveis		108	133
		<u>140.383</u>	<u>145.652</u>
Total do ativo		<u>233.504</u>	<u>227.942</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	16.558	12.885
Fornecedores		1.705	960
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	14.106	10.639
Dividendos declarados		285	18.195
Taxas regulamentares	11	2.216	1.917
Outras contas a pagar		912	881
		<u>35.782</u>	<u>45.477</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	53.002	37.234
Adiantamento de clientes		1.865	198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	18.621	17.538
Outros passivos		76	-
		<u>73.564</u>	<u>54.970</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		42.095	42.095
Reservas de lucro		70.659	85.400
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		11.404	-
Total do patrimônio líquido	14	<u>124.158</u>	<u>127.495</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>233.504</u>	<u>227.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	15	58.999	56.646
Custo operacional			
Pessoal		(693)	(778)
Material e serviços de terceiros		(2.695)	(2.144)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(323)	(302)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	(264)
Outras		(100)	(131)
		<u>(3.811)</u>	<u>(3.619)</u>
Lucro bruto		55.188	53.027
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.092)	(893)
Pessoal e administradores		(1.190)	(1.104)
Depreciação e amortização		(97)	(67)
		<u>(2.379)</u>	<u>(2.064)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		52.809	50.963
Despesas financeiras	16	(8.823)	(8.034)
Receitas financeiras	16	1.101	682
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		45.087	43.611
Imposto de renda e contribuição social	17	(13.993)	(12.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.083)	(1.451)
		<u>(15.076)</u>	<u>(14.024)</u>
Lucro líquido do exercício		30.011	29.587
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,71	0,70
Quantidade de ações ao final do exercício		42.095.000	42.095.000

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserv a legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.095	7.154	58.695	-	-	107.944
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.587	29.587
Destinação proposta à AGO						
Reserva legal	-	1.265	-	-	(1.265)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7.081)	(7.081)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(2.955)	(2.955)
Reserva de lucro do exercício	-	-	18.286	-	(18.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	42.095	8.419	76.981	-	-	127.495
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.011	30.011
Destinação proposta à AGO						
Dividendos declarados	-	-	(16.718)	-	-	(16.718)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13.285)	(13.285)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(3.345)	(3.345)
Reserva de lucro do exercício	-	-	1.977	11.404	(13.381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.095	8.419	62.240	11.404	-	124.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	45.087	43.611
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	97	67
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	8.527	7.642
	<u>53.711</u>	<u>51.320</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	5.568	(74)
Contas a receber ativo financeiro	145	(585)
Impostos a recuperar	(1.988)	2.318
Estoques	(64)	(175)
Devedores diversos	(769)	(516)
Partes relacionadas	1	-
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	745	849
Tributos e contribuições sociais pagos	(10.526)	(14.785)
Taxas Regulamentares	299	310
Credores diversos	107	(53)
Adiantamento de clientes	1.667	-
	<u>48.896</u>	<u>38.609</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	48.896	38.609
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(2)	88
Aplicações no intangível	(67)	(116)
	<u>(69)</u>	<u>(28)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	(69)	(28)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(51.261)	(18.739)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	75.000	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(64.086)	(18.557)
	<u>(40.347)</u>	<u>(37.296)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
	(40.347)	(37.296)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.480</u>	<u>1.285</u>
Saldo no início do exercício	4.482	3.197
Saldo no final do exercício	12.962	4.482
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.480</u>	<u>1.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	63.567	60.926
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	(264)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.720)	(3.089)
Valor adicionado bruto	59.847	57.573
Depreciação e amortização	(97)	(67)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	59.750	57.506
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial	-	-
Receita financeira	1.101	682
Valor adicionado a distribuir	60.851	58.188
Pessoal		
Remuneração direta	1.333	1.364
Benefícios	157	163
FGTS	97	43
	1.587	1.570
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	20.272	18.925
Estaduais	-	1
Municipais	2	-
	20.274	18.926
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	8.521	4.687
Aluguéis	156	72
Outras despesas financeiras	302	3.346
	8.979	8.105
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	16.630	25.497
Lucros retidos	13.381	4.090
	30.011	29.587
Distribuição do valor adicionado	60.851	58.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ECTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Adolfo Melo, 38 – Sala 601 – Florianópolis – SC.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		Índice de correção
		Vigência até	RAP (*)	
88/2000	30	2030	67.724	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo-- Continuação

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo – se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida á concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.5.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

3.7.1 Correntes--Continuação

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.7.2 Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.11 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.12 Taxas regulamentares

3.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.12.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.13.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.14 Lucros por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Lucros por ação--Continuação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.15.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.15.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.15.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro, somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado à ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento da infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento de desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.15.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita do desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento da infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura, mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.15.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010--Continuação

- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como "Títulos e valores mobiliários".

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Caixa	3	3
Bancos - depósitos a vista	91	64
Aplicações financeiras	12.868	4.415
	<u>12.962</u>	<u>4.482</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010).

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2010 a Companhia manteve saldo de R\$ 5.568, referente à conta reserva vinculada ao financiamento BNDES. Em 2011 os empréstimos foram quitados e conseqüentemente a conta reserva foi extinta.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	213.069
Receita de operação e manutenção	6.519
Receita de remuneração dos ativos da concessão	57.048
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(63.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	212.924

9. Tributos e contribuições a compensar

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	378	218
Imposto de renda - pessoa jurídica	684	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	664	-
Outros	579	99
	<u>2.305</u>	<u>317</u>

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida

	31/12/11			31/12/10	
	Circulante		Não circulante	Reclassificado	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
HSBC	321	16.237	53.002	69.560	-
BNDES	-	-	-	-	50.119
	<u>321</u>	<u>16.237</u>	<u>53.002</u>	<u>69.560</u>	<u>50.119</u>

Em 23 de fevereiro de 2011 a ECTE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 75.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida-- Continuação

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos á longo prazo são como segue:

2013	16.308
2014	16.308
2015	16.308
2016	4.078
	<u>53.002</u>

11. Taxas regulamentares

	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	92	201
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	107	83
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.017	1.633
	<u>2.216</u>	<u>1.917</u>

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Tributos e contribuições sociais

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	10.165	7.709
PIS e Cofins	194	182
Contribuição Social - CSLL	3.616	2.598
ICMS	38	36
Outros	93	114
	<u>14.106</u>	<u>10.639</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>18.621</u>	<u>17.538</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>16.087</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.451
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>17.538</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.083
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>18.621</u>

13. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 4, em processos trabalhistas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
		Ordinárias	Votante
Alupar Investimento S.A.	17.896.575	42,514729%	42,514729%
MDU Resources Luxembourg II LLC, S.A	3.160.281	7,507497%	7,507497%
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001.025	30,884963%	30,884963%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.037.109	19,092788%	19,092788%
Membros do Conselho de Administração	10	0,000024%	0,000024%
	<u>42.095.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

14.2 Reserva de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

14.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

14.3 Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 13.285, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 7.503.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.3 Dividendos propostos--Continuação

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 3.345.

	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	30.011
Juros sobre capital próprio	(3.345)
Dividendos intermediários	(13.285)
Reserva de lucros retidos	(1.977)
Destinação para dividendos	11.404

15. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional bruta	63.567	60.926
Receita de Operação e manutenção	6.519	5.759
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	264
Receita de remuneração dos ativos da concessão	57.048	54.903
Deduções da receita operacional	(4.568)	(4.280)
PIS	(419)	(393)
COFINS	(1.936)	(1.814)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(1.613)	(1.511)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(600)	(562)
Receita operacional líquida	58.999	56.646

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.089	680
Outros	12	2
	1.101	682
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.521)	(6.036)
Outros	(302)	(1.998)
	(8.823)	(8.034)
Resultado financeiro	(7.722)	(7.352)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.345. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/11	31/12/10
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	45.087	43.611
Juros sobre capital próprio	(3.345)	(2.955)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(3.060)	(4.200)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	38.682	36.456
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	13.152	12.395
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(13)	(13)
Despesas indedutíveis	543	298
Outras	311	399
	13.993	13.079
Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido	-	7
Incentivo Fiscal	-	(513)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.993	12.573
Taxa Efetiva	36,17%	34,49%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

18. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;
- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 532, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval /fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

22. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 124.